

## **O BAIRRO GOUTTE D'OR, 30 DE JULHO DE 1955: UMA REVOLTA NO CENTRO DA MÉTROPOLE COLONIAL<sup>1</sup>**

*Emmanuel BLANCHARD\**

**RESUMO:** Geralmente a **revolta urbana** é analisada em associação à história dos **bairros da periferia** e dos conjuntos habitacionais populares. Inserir-la em uma história da centralidade migratória em Paris permite revelar outras continuidades e gênese. Assim, o estudo da revolta que ocorreu dia 30 de julho de 1955, na *Goutte d'Or* (Paris XVIII°), bairro marcado por uma grande visibilidade dos **franceses muçulmanos da Argélia**, possibilita-nos romper com o viés de historicizar especialmente as violências urbanas. No cruzamento de várias tradições de mobilização (movimento operário, resistências populares às instâncias disciplinares, lutas anticolonialistas), atualizou-se um modo de ação durante as revoltas, cujos elementos podem, em grande parte, observar-se nos eventos sucedidos entre 1970 e hoje. Esta análise ressalta que, mais do que as divisões geográficas, são os discursos públicos e os dispositivos policiais que constroem os espaços onde a revolta aparece como uma resposta à dominação política e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolta. Guerra da Argélia. Polícia. Repertório de ação. Situação colonial.

---

\* UVSQ – Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines. Versailles – França. Pesquisador. CESDIP – Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales. Guyancourt – França. 78280 – blanchard@cesdip.fr. A Revista Estudos de Sociologia agradece ao autor a cessão dos direitos autorais para a publicação deste artigo.

<sup>1</sup> Tradução do artigo “*La Goutte d’Or, 30 juillet 1955: une émeute au coeur de la métropole coloniale*” publicado in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.195, 2012/5, p.98-111. Tradutora: Julie Scavone Brugier. Revisão Técnica da Tradução: Lucila Scavone.

## Introdução

As revoltas ocorridas durante o outono de 2005 abriram um espaço midiático e editorial importante para sociólogos especialistas do desvio, da juventude ou dos bairros ditos difíceis. Essa proliferação de publicações e intervenções inscreveu-se parcialmente na forma que toma, desde alguns anos, o interesse midiático pelo **problema das periferias** na imprensa de maior divulgação (SEDEL, 2009; BERTHAUT, 2008; BONELLI, 2008). Este questionamento espacial e temporal leva os especialistas do tema a concordarem com uma cronologia relativamente curta, que começa no final dos anos 80 e se organiza nas grandes datas da história das periferias e dos projetos de renovação urbana (FOURCAUT; VADELORGE, 2008).

Como as revoltas de 2005 foram extremamente longas e intensas, pesquisadores que não eram especialistas destes problemas foram solicitados, favorecendo assim a introdução de novas temporalidades. O longo período das **revoltas primitivas**, com destaque para as insurreições populares dos séculos XVIII e XIX, foi frequentemente mencionado. Historiadores, especialistas da época revolucionária, avaliaram e analisaram o que foi às vezes apresentado como uma grande comoção popular (COHEN, 2008; NICOLAS, 2006). Estas análises permitem evitar tanto a tentação de uma avaliação que só consideraria o presente, como a ilusão de uma excepcionalidade dos eventos. É curioso, no entanto, que tenha sido necessário sistematicamente encontrar referências positivas num passado longínquo, com o qual os autores contemporâneos desses atos não têm nenhum vínculo direto ou mnemônico. Logo, estas análises e esta maneira de pular décadas e séculos não parecem também questionar a historicidade política geralmente associada às periferias. Portanto, inscrevem-se implicitamente numa visão das mesmas como espaços anômicos onde uma **raiva**, que se manifesta em intervalos regulares, teria aflorado após a desintegração das solidariedades própria às **periferias operárias**, que já não existem (DUBET, 1987; TISSOT, 2007).

Este artigo propõe, portanto, dois deslocamentos: trata-se de deslocar o foco geográfico para um bairro do centro da cidade, permitindo evitar uma espacialização que reduziria o **problema das periferias** a questões meramente locais. Do ponto de vista temporal, estender a cronologia até os anos 50 permite questionar eventuais continuidades, revelar heranças múltiplas e tecer novamente os fios de uma história complexa envolvendo indisciplinas populares, mobilizações operárias e uma rejeição da condição de **cidadãos de segunda ordem**<sup>2</sup> e da dominação colonial. A análise

---

<sup>2</sup> Para entender a origem desta expressão, utilizada principalmente por deputados do Partido Comunista Francês (PCF) a partir dos anos 30, em relação aos “franceses naturalizados” e reutilizada após a Segunda Guerra Mundial para qualificar os “franceses muçulmanos da Argélia”, ver Noiriel (2007) e Blanchard (2011).

desse acontecimento hoje esquecido, a revolta do bairro da Goutte d'Or<sup>3</sup>, no dia 30 de julho de 1955, propõe assim uma contribuição à sócio História das ações coletivas violentas qualificadas como revoltas<sup>4</sup> assim como uma reavaliação da história dos “bairros centrais da imigração” (TOUBON; MESSAMAH, 1990).

## Goutte d'Or, verão de 1955: um gueto sob alta tensão

A denominação comum e policial *Goutte d'Or* não designa o conjunto do bairro administrativo que leva esse nome, no 18º bairro parisiense, mas simplesmente algumas ruas, alguns conjuntos de imóveis – como ocorre frequentemente com áreas residenciais particularmente segregadas e decadentes. Tratava-se do extremo sul do bairro, um quadrilátero entre o bairro *Goutte d'Or* mesmo e o bairro *La Chapelle*: a rua da *Goutte d'Or* ao Norte, o bulevar de *La Chapelle* ao Sul, o bulevar *Barbès* ao Oeste e, por fim, a rua *Stephenson* ao Leste, delimitavam essa **Paris árabe**, cujo centro animadíssimo era o cruzamento da rua de *La Charbonnière* com a rua de *Chartres*. Ainda hoje, o enobrecimento urbano, conceito recorrente dos discursos sobre a *Goutte d'Or*, é mais um projeto do que uma evolução social homogênea: essa discrepância deve-se principalmente ao fato que “[...] a parte Sul do bairro, [continua sendo] considerada como um gueto, por causa do número de habitações sociais e de estrangeiros, visto como excessivo.” (BACQUÉ; FIJALKOW, 2006, p.77).

Não obstante, deve-se notar que desde a metade do século XIX, a *Goutte d'Or*, anexada à Paris em 1860, era percebida como o arquétipo da miséria urbana extrema e o epicentro da delinquência das “classes sociais perigosas”<sup>5</sup>. Emile Zola, que tinha longamente percorrido as ruas do bairro antes de começar a redação d'*A Taberna*, contribuiu fortemente para fazer da *Goutte d'Or* “[...] um bairro do tipo **bode-expiatório**, do qual toda cidade precisa para seu funcionamento social, para

<sup>3</sup> O bairro assim denominado situa-se em Paris, no 18º bairro, ao norte da cidade e ao leste da colina de *Montmartre*.

<sup>4</sup> Em sua tipologia das ações coletivas violentas, Charles Tilly deliberadamente não deixa espaço para a noção de “revolta popular”, considerando que esta etiqueta nunca é reivindicada pelos participantes às mobilizações assim denominadas (TILLY, 2003, p.19). O termo revolta é objeto de diversos conflitos taxonômicos, tanto no comentário político ou midiático de algumas formas de ação coletiva como na área acadêmica. Consideramos que a definição comum (que mistura o aspecto violento, relativamente espontâneo e potencialmente sedicioso das manifestações coletivas **tumultuosas**), ainda que seja utilizada por alguns dos protagonistas diretos ou indiretos, permite qualificar os eventos abordados neste texto e dar um valor heurístico à noção de revolta.

<sup>5</sup> Os trabalhos de Louis Chevalier sobre a imigração argelina nos anos 40-50 influenciaram sua visão da Paris dos imigrantes da primeira metade do século XIX. A utilização da noção de raça em algumas das descrições dos migrantes internos situados no centro de sua “história biológica” em Chevalier (1958) transforma-se, aliás, em racismo evidente na suas descrições da criminalidade argelina no 18º bairro. Ver, por exemplo, Chevalier (1985).

dar um nome aos seus medos e circunscrevê-los num lugar específico.” [...] Assim, os argelinos não criaram “a imagem do bairro, a sua má fama, mas ao contrário, as teriam herdado.” (TOUBON; MESSAMAH, 1990, p.465).

## Um bairro norte africano

Os **franceses muçulmanos da Argélia**, cidadãos comuns gozando por lei da igualdade política na metrópole, não eram sistematicamente contabilizados em grupos separados nos censos<sup>6</sup>. Todavia, o foram no censo de 1954; à época seriam cerca de 2000 vivendo na *Goutte d’Or*, mas as estimativas da polícia são duas vezes mais altas<sup>7</sup>. Todo o bairro da *Goutte d’Or* abrigava um total de 38.000 habitantes, dos quais só cerca de mil eram estrangeiros: neste bairro em via de empobrecimento, abandonado por uma parte dos comerciantes e dos pequenos funcionários que, até o período entre as duas guerras mundiais, haviam participado da sua heterogeneidade, a população estrangeira era quase que exclusivamente argelina (PROST, 1998, p.27). Segundo estudos da equipe de sociólogos que conduziu a pesquisa mais detalhada existente sobre a sócio história do bairro, os anos 1920-1960 conheceram a “formação de um enclave étnico magrebino” e “[...] a partir de 1954, nota-se [a constituição] de um território argelino no bairro da *Goutte d’Or* onde qualquer outras fixações estrangeiras, que não fossem argelinas, haviam sido progressivamente eliminadas.” (TOUBON, MESSAMAH, 1990, p.151).

Devido à **centralidade migratória** do bairro, com mais de 2000 **franceses muçulmanos da Argélia** residindo no quadrilátero sul, somavam-se, sobretudo aos finais de semana, os milhares de **correligionários** vindos de toda a grande Paris. Deslocavam-se até a *Goutte d’Or* para fazer compras, encontrar outros imigrantes oriundos dos mesmos vilarejos ou regiões e frequentar espaços de sociabilidade (cafés mouros, salões de hotéis que também eram locais de prostituição) que conferiam uma identidade específica a essas ruas, famosas até além do Mediterrâneo. Mesmo que, estatisticamente, os argelinos só representassem uma minoria de habitantes, a imprensa da época descrevia o bairro em termos étnicos, com um tom depreciativo: as expressões *medina*, *kasbah*, *Souk* ou *quartier arabe* são as mais

---

<sup>6</sup> O Instituto Nacional da Estatística e das Pesquisas Econômicas (INSEE) introduz em 1954 a subcategoria **franceses muçulmanos originários da Argélia** distinta da categoria **franceses de nascimento**. O recenseamento desta população muito precária e vivendo frequentemente em moradias coletivas era extremamente difícil. Segundo o INSEE, os números disponíveis devem portanto ser considerados com muita precaução.

<sup>7</sup> Em 1955, segundo uma contagem da prefeitura da polícia, cerca de 4000 **norte-africanos** residiam no bairro *Goutte d’Or*. Arquivos da Prefeitura de Polícia (APP) – Ha 65 – Reunião do dia 18 de setembro de 1959.

recorrentes nos artigos referentes à *Goutte d'Or* (POIROT-DELPECH, 1957). Eles eram às vezes publicados em seções internacionais dedicadas aos “eventos da África do Norte” e alguns jornais, numa referência transparente à situação colonial do *Magrebe*, evocavam a “minoría europeia do bairro” (LE FIGARO, 1955c). Todavia, esses órgãos de imprensa, fortemente influenciados pela linguagem da Prefeitura de Polícia, ressaltavam com frequência que o conjunto da população argelina da região parisiense (à época, cerca de 100.000 pessoas) não podia ser confundido com seus membros mais visíveis, os “desocupados e membros da corja” da *Goutte d'Or* (LE FIGARO, 1955b).

Estes discursos eram, evidentemente, humilhantes e racistas<sup>8</sup>, mas remetiam também às atividades e situação social de uma parte dos “trabalhadores periféricos”, à margem de uma “sociedade salarial” que se constituía (CASTEL, 1995): os hotéis e quartos mobiliados da *Goutte d'Or* eram refúgio para muitos argelinos desempregados<sup>9</sup> que podiam se beneficiar ali de certas formas de solidariedade dos outros migrantes. Quando essa rede não era suficiente, e como a intermitência e precariedade do trabalho não garantiam renda suficiente para sobreviver, o mercado negro – que continuou após o fim do racionamento em 1949, com revenda de produtos como óleo e tabaco, cujos preços eram mais baixos ao Sul do que ao Norte do Mediterrâneo –, o tráfico de cigarros e roupas gerados pelas presenças de tropas e de estoques americanos (rua *Stephenson*) apareciam como oportunidades para realizar pequenos lucros. Esses recursos eram indispensáveis para uma população que não conhecia uma estabilidade residencial suficiente para candidatar-se às poucas ajudas das quais beneficiavam os desempregados<sup>10</sup>.

Uma parte dos moradores do bairro não se contentava com a renda miserável gerada pela economia informal e mergulhava na delinquência, especialmente os ataques noturnos (roubos de relógios e carteiras, mais frequentemente): atividades para as quais o bairro, pela sua densidade comunitária, servia como uma espécie de refúgio. Os estigmas associados ao bairro e aos seus habitantes por causa destas atividades delinquentes eram acentuados pelo fato que essas ruas eram também um

---

<sup>8</sup> Como observavam os raros comentadores que simpatizavam com os argelinos de Paris (L'OBSERVATEUR, 1955).

<sup>9</sup> Segundo pesquisas do Ministério do Trabalho e do Ministério do Interior, a taxa de desemprego dos argelinos, que deve ser associada ao contexto de precariedade e intermitência do emprego de uma população da qual uma parte escapava a qualquer recenseamento estatístico, oscilava em volta de 10%. Em 1953, o desemprego atinge mesmo 20% na região parisiense, contra 15% no resto da metrópole. APP – Circular n°310 do Ministério do Interior – “Enquete social sobre a situação dos muçulmanos originários da Argélia residindo na metrópole”. A partir da metade dos anos 50, o desemprego dos argelinos declina rapidamente.

<sup>10</sup> Em 1953, nas cidades em que existia uma ajuda financeira, entre as condições de indenização encontrava-se a obrigação de residir há mais de um ano na cidade e ter trabalhado de maneira regular por pelo menos seis meses.

local de prostituição muito visível. O comércio sexual acontecia principalmente nos lugares que eram então chamados de **matadouros**, prostíbulos com um funcionamento taylorizado, cuja clientela era tão pobre quanto as pensionárias. Esses prostíbulos não foram fechados embora a lei *Marthe Richard*<sup>11</sup> tenha sido adotada em abril de 1946, em particular para facilitar a supervisão e a coleta de informações pela polícia (BLANCHARD, 2008). Logo, a *Goutte d'Or* aparentava-se aos **bairros reservados**<sup>12</sup> da África do Norte e, de fato, o bairro era submetido às mesmas regras de exceção em matéria de prostituição vigentes nas circunscrições<sup>13</sup> argelinas (TARAUD, 2003).

Sem aprofundar os detalhes da controvérsia sociológica contemporânea sobre o caráter descritivo e analítico da noção de gueto quando relativa a certos bairros franceses (LAPEYRONNIE, 2008; WACQUANT, 2006; KOKOREFF, 2009), podemos notar que as características supracitadas remetem às que foram apresentadas na obra seminal de Louis Wirth sobre os guetos de imigrantes em Chicago<sup>14</sup>. Nesta época, o principal estudo sociológico dedicado aos **trabalhadores argelinos** não reutilizava o termo **gueto**, mas insistia sobre o fato que alguns dos que não eram sem-teto eram vítimas da “segregação das habitações argelinas” na região parisiense (MICHEL, 1956, p.125). Tamanha era a especificidade desta forma de separatismo social, marcada por um “isolamento total” (BLANC-CHALÉARD, 1998, p.35), que a socióloga Andrée Michel (1956) comparou-o até ao que existia nas grandes cidades da África do Norte. Nestas condições, não é surpreendente que a imprensa contemporânea, a despeito da forte presença policial na *Goutte d'Or*, não tenha hesitado em qualificar essas ruas como espécies de “zonas sem lei”, abandonadas pelas forças policiais: “todos os bairros de Paris tem igual direito à segurança”, podia-se ler na *Aurore* no 1º de agosto de 1955. No mesmo dia, *Le Figaro* (1955a) ressaltava: “[...] já faz tempo que algumas ruas, povoadas por uma ralé que parece circular livremente, formam, na cidade, quarteirões onde o cidadão honesto está seguro. É intolerável pensar que nestes **redutos**, a polícia possa sentir-se desarmada e impotente.”

<sup>11</sup> A lei *Marthe Richard* determina a abolição dos prostíbulos (NT).

<sup>12</sup> Os **bairros reservados** na África do Norte eram bairros de prostituição, que concentravam geralmente as prostitutas autóctones.

<sup>13</sup> Em francês, o *département* corresponde a uma circunscrição administrativa que teria, no Brasil, como equivalente, os estados da federação (NT).

<sup>14</sup> Louis Wirth insistia sobre o fato que os guetos de Chicago nos anos 20 eram “lugares de trânsito”, caracterizados por uma “intensa vida comunitária”, mas aparentavam-se também frequentemente a “bairros de vício”. Mais essencialmente, ele nota que o gueto “[...] representa pelo menos um exemplo, historicamente verificável das diversas maneiras possíveis de abordar o problema de uma minoria diferente no seio de uma população mais numerosa. Ele participa, ao mesmo tempo, de uma forma de tolerância a través da qual um *modus vivendi* estabelece-se entre grupos em conflito por questões fundamentais. Enfim, de um ponto de vista administrativo, o gueto serviu de instrumento de controle.” (WIRTH, 1980, p.19-20).

## Afrontamentos frequentes com a polícia

De fato, se a presença da polícia era às vezes massiva, ela era também intermitente: organizava-se, sobretudo, como blitz, técnica de intervenção tradicionalmente utilizada contra diversas categorias da população **indesejável**, cuja presença no espaço público provocava descontentamento social e político, sem, no entanto, ser sujeita a incriminações penais (BLANCHARD, 2009). Similarmente ao que acontecia, na segunda metade do século XIX, nos bairros que resistiam ao processo de disciplinamento dos corpos e dos espaços operado pelos policiais (DELUERMOZ, 2009), esta presença, e, sobretudo, a repressão das ações ilegais populares (vendedores ambulantes, agrupamentos, ebriedade na via pública...), gerava oposições ou reações dos principais interessados. O estudo dos repertórios analíticos<sup>15</sup> da delegacia da *Goutte d'Or* mostra que, não raro, vendedores ambulantes contestavam as interpelações da polícia e eram conduzidos à delegacia por **rebelião, ultraje ou violências contra agentes**<sup>16</sup>. Essas incriminações podem dificilmente ser interpretadas: de fato, elas dependem do poder discricionário dos agentes, e nos dão portanto, poucas informações sobre a atitude dos incriminados, podendo mesmo servir para ocultar violências cometidas pelos próprios policiais (JOBARD, 2005).

Todavia, elas sugerem que, logo após a guerra, a autoridade dos policiais nestes bairros populares estava longe de ser unanimemente aceita. Os policiais parecem até ter sido expostos a uma violência verbal e física relativamente forte. Os episódios de desobediência, acompanhados de violências (insultos, golpes, revoltas coletivas...) não eram exclusivos dos argelinos, apesar destes últimos serem muito visíveis em meio da população que se rebelava contra a ação policial. Estes comportamentos eram tão frequentes que, quando os autores apresentavam documentos que **garantiam a apresentação à delegacia** e quando não tinham conflitos em particular com a polícia parisiense, considerava-se que eles tinham simplesmente **perdido a calma** e não eram necessariamente punidos. Às vezes, a polícia contentava-se então em adverti-los. Os indivíduos que se rebelavam durante os controles policiais estavam frequentemente embriagados. Essa atitude também era uma reação à utilização da força pela polícia: de fato, os históricos da carreira dos guardas provam que eles frequentemente eram agredidos por indivíduos, geralmente **norte africanos** ou **sem-teto**, os quais se recusavam a ficar passivos frente à

<sup>15</sup> Estes volumosos registros, do mesmo formato que os utilizados para os boletins de ocorrência, reúnem para cada dia o conjunto das interpelações efetuadas pelos funcionários da delegacia.

<sup>16</sup> Recenseamos vários **casos** deste tipo todo mês. Por exemplo, de junho de 1945 a maio de 1946, cerca de trinta indivíduos (dois terços deles argelinos) foram interpelados por estas razões pelos policiais da delegacia da *Goutte d'Or*. Em janeiro de 1954, quatro interpelações por "violências contra policiais" foram efetuadas. APP – C<sup>o</sup> 7144, 7145 e 7151.

violência empregada contra eles<sup>17</sup>. Os ferimentos causados nessas circunstâncias eram às vezes muito graves e são uma das provas observáveis do conflito existente entre algumas populações ditas **indesejáveis** e a polícia.

Comparadas a essas reações individuais violentas de oposição à polícia, as tentativas de rebelião dos argelinos foram específicas na medida em que se apoiaram em uma reação coletiva. Os episódios de desobediência eram recorrentes assim como as reações que buscavam intimidar os policiais: isso explica também o fato que, rapidamente, o *modus operandi* da blitz coletiva se impôs nas operações direcionadas especialmente contra os argelinos. Para que “a lei guardasse a prerrogativa da força”, era necessário que os policiais parisienses interviessem em grandes efetivos. Essas formas de oposição à polícia podem ser observadas desde 1945: neste ano, quando policiais procuraram prender vendedores ambulantes argelinos, aconteceram “trocas de socos” e “os argelinos em questão chamaram compatriotas para ajudá-los<sup>18</sup>”. Este exemplo está longe de ser único e amiúde os policiais reclamavam que um interpelado tenha “mobilizado outros argelinos contra os policiais<sup>19</sup>”.

No começo dos anos 1950, como resultado da intensificação da mobilização nacionalista que se somava à repressão policial, essas rebeliões tornaram-se cada vez mais frequentes. Em determinadas circunstâncias, elas se transformaram até em batalhas: “dia 4 de dezembro de 1950, para protestar contra a detenção de dois membros da comunidade, 30 norte africanos ataca[ram]<sup>20</sup> uma delegacia de polícia em *Belleville*<sup>21</sup>”; dia 4 de julho de 1952, três policiais foram levados ao hospital para tratar ferimentos causados durante uma briga com argelinos rua de *la Charbonnière*<sup>22</sup>. Seria inexato, portanto, analisar a **revolta**<sup>23</sup> da *Goutte d'Or*, do dia 30 de julho de 1955, antes de mais nada como uma consequência do começo da guerra da Argélia. Aliás, esta não era a interpretação dos observadores contemporâneos – jornalistas ou policiais – que tinham, de fato, tendência a despolitizar rapidamente os atos de revolta dos argelinos. Mas os nacionalistas não só não reivindicaram essa ação, como tentaram distanciar-se da mesma para não serem associados ao estigma da **criminalidade norte africana**. As mobilizações violentas do dia 30 de julho de

<sup>17</sup> O policial Victor N. foi ferido deste modo três vezes, em junho de 1950, março e junho de 1955, por **norte-africanos** que recusavam a intimação. Ele foi assassinado em junho de 1959 por um argelino que ele tentava interpelar, após um homicídio. APP – Dossiê de Victor N.

<sup>18</sup> Arquivos Nacionais – Centro de Visitantes e de Pesquisa dos Arquivos Nacionais (CARAN) – Fla 3347 Relatório da Brigada da via pública (PJ) ao prefeito da polícia, 5 de julho de 1945.

<sup>19</sup> APP – C<sup>B</sup> 7144 – 19 de agosto de 1945.

<sup>20</sup> Colchetes no original (NT).

<sup>21</sup> Este ataque foi evocado por Maurice Rajfus que não remete à nenhuma fonte (RAJSFUS, 2003, p.10).

<sup>22</sup> APP – HA 14.

<sup>23</sup> O termo **revolta** é utilizado por vários jornalistas e dirigentes da prefeitura da polícia: nesta época, o emprego deste termo permitia acima de tudo justificar a ação da polícia, no que ela tinha de violento e ilegal.



1955 podem ser compreendidas como uma extensão e uma radicalização de um repertório de ações coletivas<sup>24</sup> que se originou nos anos anteriores. Este último era uma mistura entre a delinquência comum, a revolta contra as humilhações policiais e as reivindicações políticas.

Na primeira metade dos anos 50, as alterações entre policiais e imigrantes argelinos eram tão comuns que os policiais tinham a impressão que os argelinos valiam-se de qualquer pretexto para “surrá-los”<sup>25</sup>. Nessa década, de fato, as ocasiões de afrontamentos eram múltiplas. Além dos inúmeros controles de identidade e das interpelações policiais ligadas a delitos menores ou a gestão policial dos espaços públicos **abarroados**, as reuniões proibidas dos nacionalistas argelinos<sup>26</sup> e as tentativas para impedir a venda do Jornal Argélia Livre (órgão do PPA-MTL<sup>27</sup>) suscitavam várias disputas e brigas, as quais os argelinos nem sempre perdiam: o serviço de ordem do PPA-MTLD frequentemente foi muito impressionante e os vendedores que pertenciam à vertente *messaliste*<sup>28</sup> trabalhavam cercados por **grupos de proteção** experientes. A imprensa nacionalista não buscava esconder seu desejo de afrontamento e vangloriava-se das vitórias obtidas contra unidades da polícia que procuravam impedir os *messalistas* de participar de determinadas manifestações. Os redatores utilizavam então fórmulas similares às dos jornais comunistas que, no final dos anos 1930, popularizaram os apelos à “luta física contra as forças da polícia” (AUDOIN, 1983). O slogan “Olhos, por olho! Cara, por dente!” foi extremamente utilizado durante os anos 50, especialmente durante as semanas precedendo a manifestação do dia 28 de maio de 1952 contra a presença em Paris do General Ridgway, comandante geral das forças americanas na Coréia, nomeado diretor-geral da OTAN (ROBRIEUX, 1981, p.302). Nesse dia, **o ativismo comunista dos anos da Guerra Fria** atingiu seu auge: os **norte africanos** que eram, de fato, alvo frequente da repressão policial, representavam 12% dos manifestantes presos neste dia e a única vítima recenseada na noite do dia 28 de maio 1952 foi um argelino, morto a tiros por um cabo da polícia<sup>29</sup>. Os afrontamentos violentos, no centro ou à margem de mobilizações políticas, pertenciam a uma lógica de circunstância e a um

<sup>24</sup> Em francês *répertoire d'action émeutier*. Trata-se de uma referência ao conceito de *contention repertoire*, repertório de ação coletiva, de Charles Tilly (NT).

<sup>25</sup> APP – He 2 – Relatório do delegado de divisão G, 24 de julho de 1953.

<sup>26</sup> Por exemplo, o guarda Paul D. foi ferido e parou de trabalhar três meses após levar golpes na cabeça, com uma cadeira, de um **norte-africano** durante a evacuação da sala Wagram dia 24 de abril de 1956. APP – Dossiê de Paul D.

<sup>27</sup> Movimento pelo triunfo das liberdades democráticas (MTLD), fachada legal do Partido popular argelino (PPA) cujo líder carismático, Messali Hadj, foi condenado a prisão domiciliar em Nior e depois em Belle-Île, de maio de 1952 a janeiro de 1959.

<sup>28</sup> Assim denominados os seguidores de Messali Hadj.

<sup>29</sup> Hocine Belaïd, operário comunal e militante comunista de Aubervilliers, foi atingido pelos tiros de um cabo na praça *Stalingrad*. Charles Guénard, ferido no joelho nas mesmas circunstâncias, morre em março de 1954 durante uma operação (PIGENET, 1992).

repertório de ação que não permitem por si sós restituir a genealogia dos motivos e das práticas manifestantes que, dia 30 de julho de 1955, levaram o bairro da *Goutte d'Or* a uma **revolta**. Neste dia, as relações degradadas entre os residentes do bairro e a polícia não foram apenas mais um elemento de contexto, mas sem dúvida um dos fatores que desencadeou a ação coletiva.

## A revolta do dia 30 de julho de 1955

No dia 8 de maio de 1955, para deter um suspeito, um carro da polícia acelerara em direção a uma multidão de transeuntes agrupados no cruzamento da rua de *la Charbonnière* e da rua de *Chartres*: os policiais foram obrigados a bater em retirada após afrontamentos violentos. O incidente que desencadeou a revolta do dia 30 de julho de 1955 inscreve-se na continuidade dos acontecimentos do dia 8 de maio e de alterações quase cotidianas. Sem dúvida, influenciada pela situação política no *Magrebe* e as primeiras repercussões da guerra de independência argelina na metrópole, essa revolta tomou proporções que a tornaram uma etapa importante, e geralmente esquecida, das raras tentativas para historicizar o repertório de ações dos movimentos de revolta.

## Resposta coletiva a uma intervenção policial

É particularmente difícil reconstituir a cronologia dos acontecimentos do dia 30 de julho de 1955, especialmente por causa das interpretações divergentes propostas pela imprensa<sup>30</sup>. Além do mais, essas ações não foram reivindicadas por partidos nacionalistas, então divididos em conflitos internos e de influência, e elas foram quase esquecidas pela memória militante ou pelos testemunhos publicados posteriormente<sup>31</sup>: tanto a composição social do bairro, como o fato que as práticas de revolta não tenham sido integradas numa gesta nacionalista, glorificando as ações militares, permitem explicar que não tenha sido possível encontrar testemunhos diretos deste acontecimento. Os poucos arquivos policiais disponíveis para consulta

---

<sup>30</sup> Para tanto consultamos todas as edições dos diários nacionais do 15 de julho ao 30 de agosto de 1955, assim como diversos órgãos da imprensa militante (nacionalistas argelinos, libertários, comunistas, trotskistas...).

<sup>31</sup> Linda Amiri et Nedjib Sidi Moussa, que estão concluindo seus doutorados sobre, respectivamente, a história da Federação Francesa do FLN (Frente de Liberação Nacional) e sobre os dirigentes do MNA (Partido Nacional Messalista que sucedeu ao MTLN depois de sua proibição em novembro de 1954), ambas confirmaram que o dia 30 de julho de 1955 quase não é mencionado nos arquivos por elas consultados. Quero agradecer-las por sua preciosa ajuda.

tratam, sobretudo, da batida organizada no bairro depois da revolta<sup>32</sup>. Apesar de serem muito lacunares, a comparação das raras fontes disponíveis permite esboçar a sequência de eventos e acontecimentos prováveis.

Sábado, 30 de julho, dia do *Aid-El-Kebir*; no começo da tarde, uma multidão muito densa, avaliada em cerca de mil pessoas, encontra-se no mercado da rua de *La Charbonnière* e nas ruas circunvizinhas. Alertada por um comerciante, uma patrulha da polícia intervém para questionar dois argelinos por roubo e encobrimento de furtos: a venda ambulante de produtos de origem duvidosa era habitual e constituía uma das características do mercado. No caso, essa denúncia parecia ter por objetivo principal livrar-se dos militantes políticos que tinham uma certa influência sobre os argelinos do bairro (JOURNAL L'OBSERVATEUR, 1955).<sup>33</sup> A interpelação ocorre de maneira muito agitada: um dos suspeitos foge, o outro chama transeuntes para que se oponham à sua detenção. Todavia, ele sobe em um dos carros da polícia, sobre o qual vários projéteis são arremessados (sobretudo cacos de vidro, pedras e melancias), dos quais alguns provêm dos andares dos prédios vizinhos. Para escapar da multidão ou para impressioná-la, o condutor do veículo manobra brutalmente: ele atinge dois argelinos (com as pernas machucadas, eles são levados ao hospital *Lariboisière* em outro carro da polícia), estraga a fachada de um armazém, mas consegue liberar-se do **agrupamento**. Então, um grupo violento, com várias centenas – provavelmente cerca de mil – de argelinos dirige-se para a delegacia de polícia da rua *Doudeauville* para liberar o suspeito e protestar contra a ação da polícia. Enquanto esperam reforços, os policiais bloqueiam as entradas da delegacia e atiram algumas vezes com metralhadoras que atingem e ferem várias pessoas. Nos momentos seguintes, uma dezena de carros da polícia chegam ao local para dispersar **energicamente** – como reza o eufemismo policial habitual – os manifestantes. O contato é breve, porém violento: os manifestantes dispersam-se nas ruas do bairro, quebram algumas vitrines e danificam vários carros estacionados. Um açougue é até incendiado, manifestamente para repreender o seu proprietário, suspeito de ser um informante da polícia (JOURNAL L'OBSERVATEUR, 1955).

A mobilização nasceu de um incidente local, porém, nas suas origens e no seu desenvolvimento, ela ultrapassa amplamente as fronteiras do bairro. O contexto nacional e internacional<sup>34</sup> aumenta a tensão inicial e contribui indubitavelmente à

<sup>32</sup> O fundo dos Arquivos da Prefeitura de Polícia relativo à guerra da Argélia contem alguns elementos de contextos nos arquivos inventariados. APP – HA 24 e HA 26.

<sup>33</sup> Este artigo é notável na medida em que é o fruto de uma investigação detalhada e não se inscreve nos relatos habituais fundados nos comunicados da prefeitura de polícia ou na vulgarização comunista.

<sup>34</sup> Desde o dia 3 de abril de 1955, as circunscrições da Argélia haviam sido declaradas em **estado de emergência**, prolongado por um novo voto da Assembleia nacional dia 29 de julho 1955. Durante o mês de julho de 1955, o Marrocos foi o palco de uma agitação política e de violências policiais endêmicas.

efemeridade do apaziguamento após os primeiros afrontamentos e degradações. Estes incidentes sucessivos são comentados à luz das informações conhecidas sobre as ações da polícia no Marrocos e na Argélia e, manifestamente, são exagerados, quando não deformados (teriam circulado rumores acusando a polícia de torturar os suspeitos<sup>35</sup>). Argelinos continuam a dirigir-se da região parisiense para o bairro da *Goutte d'Or*: contudo, não é possível determinar se se tratava de um movimento organizado, de uma reação aos rumores sobre os acontecimentos desse começo de tarde ou simplesmente de uma situação normal para um sábado (tradicionalmente, um dia de afluência no mercado da rua de *la Charbonnière*) correspondendo a uma das principais festas religiosas do calendário muçulmano. Em todo o caso, algumas das pessoas que convergiram para o 18° bairro estavam prontas para reagir e sobrepujar as forças policiais. No começo da noite, várias centenas de pessoas dirigem-se para a avenida de *La Chapelle* entoando *slogans*<sup>36</sup> e pegam materiais de construção, debaixo da linha aérea do metrô, para utilizá-los como projéteis. Alguns motoristas e transeuntes são agredidos, os “hóspedes europeus” (*Franc-Tireur*, 1° de agosto de 1955) de um hotel são expulsos, carros são apedrejados e os manifestantes teriam até disparado alguns tiros. Em torno da meia-noite, o lugar volta a apaziguar-se, após numerosa intervenção policial.

Se alguns pontos ainda não foram esclarecidos, é possível recensear as vítimas e os estragos desse dia de revolta: conta-se cerca de trinta carros e quarenta armazéns danificados (dos quais um foi incendiado), vinte transeuntes agredidos (um turista holandês gravemente ferido foi hospitalizado durante vários dias), quinze policiais oficialmente feridos (oito foram tratados antes de voltarem para casa, nenhum foi hospitalizado), quatorze argelinos hospitalizados, dos quais quatro haviam sido atingidos por balas. Vários outros manifestantes foram feridos (provavelmente cerca de cinquenta) mas os que tiveram os ferimentos menos graves não foram ao hospital para não serem interrogados ou detidos pela polícia. De fato, poucas pessoas haviam sido presas, além das prisões que haviam precedido a revolta e feito degenerar a situação<sup>37</sup>. No dia seguinte, uma residente do bairro, **de origem francesa**, também foi presa e condenada imediatamente a oito dias de detenção e uma multa de 6 000 francos por ter injuriado policiais

<sup>35</sup> Nesta época, na metrópole, as **surras** eram frequentes, mas as técnicas de interrogatório vigentes nas delegacias do outro lado do Mediterrâneo não parecem tê-las utilizadas.

<sup>36</sup> A documentação atualmente disponível não permite saber quais foram os *slogans* gritados, nem mesmo saber em que língua eles foram pronunciados. Alguns jornais mencionam um “grupo gritante” (*FRANCE-SOIR*, 31 jul. 1955), um “grupo vociferando” ou uma “coluna berrando” (*LE PARISIEN LIBÉRÉ*, 1955.), manifestantes “berrantes”, “entoando alguns *slogans*” (*LE JOURNAL DU DIMANCHE*, 31 jul. 1955). De maneira sintomática, os participantes da revolta “são falantes”, ou calados, mas não atingem a dignidade de indivíduos reivindicando de modos audíveis para as autoridades legítimas (*BOURDIEU*, 1977, p.2-5).

<sup>37</sup> Dia 30 de julho de 1955, quatro pessoas foram levadas à delegacia, dentre as quais uma mulher.

que estavam fazendo a lista dos estragos causados pelos acontecimentos do dia anterior<sup>38</sup>.

A partir da segunda-feira seguinte, o bairro foi cercado pela polícia que, durante duas semanas, tentou recensear todos os residentes e controlar seu acesso à área. Essas operações, que posteriormente foram descritas como uma “estratégia quase militar” (DUBOIS; SERGENT, 1974, p.106-107) pelo Chefe da Polícia, constituíam uma “caça a certos tipos físicos” (L’HUMANITÉ, 1955). Frente aos protestos dos representantes dos **franceses muçulmanos da Argélia** no parlamento, o Chefe da polícia, André-Louis Dubois, desmentiu as acusações e afirmou “[...] formalmente que instruções permanentes haviam sido dadas para que suas equipes não realizem nenhuma discriminação racial.” (LE MONDE, 1955). O **bloqueio** do bairro foi suspenso alguns dias depois: assim terminava a primeira operação militar e policial de grande porte no palco metropolitano da guerra de independência argelina. As amplas blitz operadas em começo de setembro em Paris e na maior parte das grandes cidades das outras regiões se inscrevem na continuidade e na intensificação dessa ação. Elas se traduziram por milhares e milhares de detenções e a **transferência** para a Argélia de 425 militantes nacionalistas, conhecidos há muito tempo e que não estavam implicados nos eventos do dia 30 de julho.

## A polícia, origem e alvo da ação coletiva

Estas grandes operações repressivas, que se inscrevem na continuidade do *modus operandi* característico da polícia com os argelinos desde a Liberação, já foram analisadas em outro trabalho (BLANCHARD, 2011). Consideraremos neste artigo a lógica da situação, a sequência dos eventos e o modo de agir daqueles que se revoltaram, analisados e contextualizados à luz de uma “hipótese de continuidade” (DOBRY, 1986) com as revoltas contemporâneas. Desde que as revoltas ocorridas na França no começo dos anos 90 viraram um objeto de estudo sociológico, tanto trabalhos pioneiros como as últimas sínteses internacionais, insistiram sobre um elemento comum e desencadeador: uma intervenção policial violenta e considerada ilegítima (BACHMANN; LE GUENNEC, 1997) (WADDINGTON; JOBARD; KING, 2009). O resultado não é próprio ao caso francês: ele foi observado pela primeira vez nos Estados Unidos, e depois na maioria dos países onde as relações entre raças, marcadas por relações de dominação e de discriminação, são

---

<sup>38</sup> Nos dias e semanas seguintes, as investigações da polícia conduziram a dez interpelações sem ligação direta com a revolta do dia 30 de julho de 1955.

mediatizadas pela polícia (BLAUNER, 1969). A situação colonial que caracterizava a França metropolitana dos anos 1950, especialmente no que diz respeito aos imigrantes argelinos (BALANDIER, 1951; MICHEL, 1956), é, portanto, só uma entre as muitas formas de separação social e dominação política fundadas na **etnicização** das relações sociais<sup>39</sup>.

Ainda hoje, as práticas policiais de controles de identidade e interpelações direcionadas contra populações vistas como **de tipo norte-africano** baseiam-se em lógicas e representações **racializadas** geradoras de frustrações, reivindicações e, às vezes, revolta nas pessoas que se tornaram alvo preferencial da polícia (LÉVY, 1987) (JOBARD; LÉVY, 2009). Num panfleto do dia 1º de maio de 1955 chamando à manifestação, o MTLD – dissipado em novembro de 1954 – já reivindicava o “respeito da imigração argelina na metrópole<sup>40</sup>”. Essa exigência fundava-se na denúncia das blitz policiais e dos controles de identidade que eram tão vexatórios quanto frequentes (BOGART, 1954). Ela lembra fortemente a exigência dos agentes da revolta de 2005 cujo testemunho pôde ser recolhido. Como outrora, hoje em dia esses controles repetidos de identidade são organizados e vividos como verdadeiras “cerimônias de humilhação” (GARFINKEL, 1956, p.420-424), que reduzem as pessoas que os vivenciam a “vítimas dos policiais” (JOBARD, 2010), qualquer que seja o seu estatuto jurídico ou o caráter legal ou ilegal destes controles. Essas interações humilhantes estão no centro do conflito entre os “jovens da periferia” e as forças da ordem (MARLIÈRE, 2005; MOHAMMED, 2011). A latência desse sentimento geral de desconfiança e suspeição, que toca o conjunto dos jovens para além das suas diferenças de trajetórias e atividades sociais, cristaliza-se durante as revoltas, nas quais, contudo, só é ativa uma parte dos jovens que identificam a polícia como uma força inimiga.

Os acontecimentos da revolta da *Goutte d’Or* comparam-se, portanto, em diversos pontos, aos acontecimentos das principais revoltas contemporâneas: num período de forte tensão, marcado por escaramuças sucessivas entre **cidadãos diminuídos** e a polícia, um controle de identidade ou uma prisão que resulta em danos graves à integridade física de um dos interessados gera uma reação coletiva das pessoas do seu meio. As marchas que ocorreram duas vezes dia 30 de julho de 1955 aparentam-se, é verdade, a uma forma de manifestação pouco presente nas revoltas contemporâneas: só em períodos de trégua observam-

---

<sup>39</sup> Em sua conclusão sobre o “significado sociológico do gueto”, Louis Wirth integra furtivamente a situação colonial no conjunto vasto dos fenômenos sociais fundados em relações e separações entre grupos sociais minoritários e majoritários cujas relações são parcialmente regidas por critérios raciais. (WIRTH, 1980, p.235-241).

<sup>40</sup> Panfleto conservado nos arquivos do Comitê pela liberação de Messali Hadj e das vítimas da repressão. BDIC – Bibliotheque de Documentation Internationale Contemporaine, Nanterre.

se “marchas silenciosas” em memória das vítimas ou supostas vítimas, da ação policial (KOKOREFF, 2008). De resto, nota-se na gesta dos revoltados de 1955 um conjunto de modos de agir que, desde então, tornou-se um repertório de ações de revolta. Hoje em dia, ele é característico dos protestos dos jovens moradores de bairros segregados, mas estes protestos violentos não excluem outros modos de ação coletiva (TILLY, 2003). Depredação de veículos e lojas (em geral sem pilhagem), incêndios voluntários, arremesso de diversos projéteis, tiros que não matam nem ferem gravemente os policiais, afrontamentos à distância com as forças da ordem: estas são as características recorrentes de um repertório de ação social e geograficamente circunscrito a homens jovens, que em maioria não são brancos<sup>41</sup>, e que moram em bairros ditos **difíceis**.

Pode-se também observar que é um tipo de ação sem dúvida mais espetacular do que violento, especialmente em 1955, quando os danos materiais parecem, retrospectivamente, bastante limitados<sup>42</sup>. As agressões contra pessoas não ocasionam, em geral, nem mortes, nem ferimentos graves: contudo, a revolta da *Goutte d'Or* foi específica na medida em que, na França, é extremamente raro que outros indivíduos que não policiais virem alvos e, mais ainda, que estas pessoas virem alvos por razões, pelo menos parcialmente, étnicas. Segundo relatórios da imprensa, no dia 30 de julho de 1955, uma parte das pessoas agredidas o foram simplesmente por serem “europeias” – para utilizar o termo das categorias coloniais vigentes à época. Deste ponto de vista, a revolta da *Goutte d'Or* é similar a algumas revoltas sucedidas nos Estados Unidos, onde os protagonistas, desde a década de vinte (JANOWITZ, 1979), enfrentam em geral não só a polícia, mas também uma parte dos moradores do bairro.

## Herança e legado de um repertório de ações de revolta

As raízes da revolta de julho de 1955 são plurais. Revelá-las permite expor a complexidade e densidade política deste acontecimento, sendo que os comentaristas da época apressaram-se em reduzir estas mobilizações ao registro da violência delinquente. Na prolongação da nossa reflexão sobre o papel das forças da ordem, também temos como objetivo uma interrogação sobre a eventual continuidade entre as revoltas de 2005 e esta revolta, sem, no entanto, instituí-la em momento inaugural.

---

<sup>41</sup> O nome de um dos quatro interpelados demonstra, evidentemente, que dia 30 de julho de 1955, alguns raros metropolitanos haviam integrado a **revolta argelina**.

<sup>42</sup> É necessário, contudo, entender a amplitude dos danos materiais numa sociedade onde os bens de consumo e a delinquência de apropriação ou depredação não tinham crescido, exponencialmente e simultaneamente, como o fariam nos anos seguintes (ROBERT, 2002).

## Um bairro operário e imigrante, no coração da capital de um império

De um ponto de vista histórico, os eventos do dia 30 de julho de 1955 inscrevem-se numa situação colonial que não é circunscrita aos territórios além mar e ao começo da guerra de independência argelina, que se alastrou rapidamente para além das circunscrições ao sul do Mediterrâneo<sup>43</sup>. Este momento situa-se na interseção de uma tripla genealogia, inscrita na história de um bairro cujas revoltas populares eram um demarcador de identidade:

– Os moradores da *Goutte d'Or* em 1955 agiam para com as forças da ordem de um modo que, sob vários aspectos, é similar ao dos seus predecessores do final do século anterior<sup>44</sup>. Estas atitudes observam-se geralmente nos meios populares, tanto urbanos como rurais, da segunda metade do século XIX, reticentes ao movimento de disciplinarização conduzido pelas forças policiais (DELUERMOZ, 2008; LIGNEREUX, 2008);

– A revolta da *Goutte d'Or* interveio três anos depois do auge do ativismo comunista dos anos da Guerra Fria (PIGENET, 1992). Esta época caracterizou-se em particular pela contribuição notável dos argelinos às **tropas de choque** das manifestações operárias estes modos de ação manifestantes foram em seguida perpetuados pelo PPA-MTL, quando o PCF já os havia abandonado no decorrer de 1952;

– Enfim, a revolta da *Goutte d'Or* não parece inédita se a recolocarmos no contexto imperial: desde o começo dos anos 1950, no Marrocos e na Tunísia, a oposição à dominação colonial expressava-se por manifestações de rua seguidas de revoltas urbanas. A repressão de Casablanca, que provocou várias centenas de mortes em dezembro de 1952, é um dos exemplos mais dramáticos desta oposição (HOUSE, 2012).

Algumas formas dessas repressões coloniais eram também utilizadas em Paris onde, dia 14 de julho de 1953, a polícia não hesitou em usar, contra os argelinos, práticas, em particular salvas de tiros, banidas há dezenas de anos quando dirigidas contra outras populações<sup>45</sup>. Estas circulações de repertórios tocavam também os próprios colonizados. Seus modos de protestos inspiravam-se nos do movimento operário. Eles evocam também a maneira como a forma tomada pela manifestação havia sido modelada, do outro lado do Mediterrâneo, pelas segregações espaciais

---

<sup>43</sup> Os historiadores estão geralmente de acordo sobre o fato que a “transição para a guerra” adveio depois da insurreição do Constantinois (20 de agosto de 1955), à medida que estendia-se a utilização dos reservistas do contingente militar (THÉNAULT, 2005).

<sup>44</sup> Sobre a oposição às forças da ordem no norte e no leste de Paris no começo do século XX, ver *Les mémoires de Casque d'Or* (1902) e *La médaille de mort d'Eugène Corsy* (Memórias de um policial, 1905) (DELUERMOZ, 2008).

<sup>45</sup> Sete manifestantes morreram, seis argelinos militantes do PPA-MTL e um francês membro do serviço de ordem, militante da federação metalúrgica da Confederação Geral do Trabalho (CGT).



e raciais, as proibições de desfilar, que, em certas circunstâncias, lhe conferia um caráter particularmente violento (PEYROULOU, 2009).

A revolta do dia 30 de julho de 1955 situa-se na convergência destas diferentes formas de mobilizações coletivas. É importante levar em conta esta tripla herança para analisar as variações observadas, desde então, nas manifestações do repertório de ação das revoltas. A **herança operária**, cada vez menos perceptível nas representações dos principais interessados, mas também bastante desqualificada e ausente dos discursos políticos e midiáticos, parece definir. Seu caráter residual nas formas de enquadramento e politização contribui a tornar menos compreensível as reivindicações das ações coletivas violentas que ocorreram “nas periferias”. Retomar este terceiro fio condutor da gênese da revolta de 1955 apresenta outro interesse para entender as revoltas contemporâneas. Ele permite efetivamente esboçar algumas pistas sobre uma “herança colonial” (BEAUD; PIALOUX, 2002; MAUGER, 2006), frequentemente mencionada, mas raramente construída como verdadeiro objeto de pesquisa.

## A documentação das continuidades coloniais

Muito além do círculo dos pesquisadores que dizem pertencer à análise pós-colonial, um certo número de sociólogos interessados pela gênese das revoltas contemporâneas notaram a importância do “retorno do reprimido da história colonial” (BEAUD; PIALOUX, 2002). Mas as atitudes de revolta que geram potencialmente uma forte oposição às instituições – dentre as quais a polícia – são muito frequentemente analisadas, tanto pelos jovens quanto pelos sociólogos que colhem seus depoimentos, como uma maneira de “[...] afirmar repetidas vezes a rejeição do comportamento dos seus pais [...] que sempre aguentaram sem protestar.” (BEAUD; PIALOUX, 2002, p.240). Esta visão dos imigrantes mais antigos deve ser questionada, especialmente no que diz respeito aos argelinos. Desde antes da guerra de independência argelina, muitos entre eles opuseram-se virulentamente às instituições de enquadramento do estado, especialmente às forças da ordem. Eles denunciavam sua ação, notadamente porque ela valia-se de modos de intervenção usados contra os estrangeiros e outros “indesejáveis”, ainda que os “franceses muçulmanos da Argélia” fossem cidadãos e particularmente politizados (BLANCHARD, 2007). Entre as continuidades, pode-se notar a indeterminação entre certas condutas delituosas e formas violentas de ação coletiva: no verão de 1955, parecem ter ocorrido, dentro dessa ação revoltosa, “transições bem-sucedidas” de uma lógica delinquente a uma lógica de revolta, nenhuma das duas sendo exclusivas e ambas podendo fundar-se em disposições e oportunidades comuns (MOHAMMED, 2007).

Nas histórias de vida colhidas entre 1992 e 2004, os policiais em exercício à época compararam os eventos de 1955 às revoltas contemporâneas<sup>46</sup>. A despeito da perspectiva de denúncia adotada pelos policiais entrevistados, eles propõem uma pista de análise que merece ser aprofundada: seria muito proveitoso para a reflexão sobre as linhas de continuidade coloniais transferir o foco das instituições repressivas para as lógicas e repertórios de ação dos revoltados. Tentar “[...] trazer à tona as formas sub-reptícias que toma a criatividade dispersa, tática e habilidosa dos grupos ou dos indivíduos pegos [...] nas redes de vigilância.” (CERTEAU, 1990, p.XL) permite romper com narrações que os apresentam somente como alvos das forças da ordem. As vias de transmissão destas práticas de oposição, sejam elas individuais ou coletivas, não podem ser exploradas na enquete sócio histórica aqui desenvolvida.

Uma verdadeira História Social do que hoje é qualificado de **revolta** ainda deve ser escrita, questionando em que medida a permanência de modos de ação violentos, de alguns alvos de destruição, de afrontamentos com a polícia é suficiente para definir um repertório de ação revoltosa cuja cronologia resta circunscrever. Esse desvio pelos eventos do dia 30 de julho 1955 e a análise das práticas revoltosas que se desenvolveram neste dia permite, contudo, moderar algumas análises. Parece, com efeito, insuficiente referir-se à memória dos episódios precedentes e aos efeitos do mimetismo entre bairros periféricos para explicar a recorrência das **revoltas urbanas** nos últimos trinta anos. Um “ar de parentesco” (HIBOU, 2011, p.242) entre eventos distantes de várias dezenas de anos e inscritos em configurações políticas e sociais diferentes não permite inferir uma obediência a lógicas idênticas. Não obstante, é legítimo interrogar-se sobre a constituição de modos de ação que, para além das etiquetas e segmentações urbanas de cada uma das épocas, construíram-se parcialmente na concepção racializada de uma cidade estratificada pelas formas de intervenção da polícia.

## Entre centralidade imigratória e periferia social

Durante o outono de 2005, a Goutte d’Or não foi tocada pelas revoltas. Apesar de algumas escaramuças e disputas frequentes<sup>47</sup>, os policiais que trabalham no bairro afirmam com frequência que “não é a periferia” (GOLDRING, 2006, p.147). Essas

---

<sup>46</sup> Referir-se especialmente à gravação e transcrição do relato de vida de René Ricoch (policial entre 1952 e 1957), que podem ser consultados no fundo INHES-CESDIP conservado no departamento audiovisual da BNF – Biblioteca Nacional da França.

<sup>47</sup> Desta forma, em março de 2005, uma noite de revolta seguiu a morte de um jovem morto após ser baleado pela polícia “acidentalmente”, durante uma interpeleção.

observações parciais sugerem algumas pistas de reflexão sobre o funcionamento territorial da **revolta**. Hoje em dia, para além da sua **centralidade imigratória** (tanto pelas trocas comerciais, como pelas produções e instituições culturais...), o bairro é conhecido pela sua diversidade sociodemográfica, seus equipamentos culturais e sua densidade associativa. As formas de apreensão dos moradores tornaram-se, pois, mais complexas, as possibilidades de expressão política são favorecidas, ao menos para uma parte da população.

Em 1955, a Goutte d'Or já estava incontestavelmente marcada pela etnicização das relações e dos espaços sociais (além da densidade dos comércios e serviços destinados aos **norte-africanos** da região parisiense, o bairro era também, por exemplo, um lugar preponderante para a produção e difusão de músicas do *Magrebe*): aliás, o bairro parecia, então, ser muito mais um enclave do que cinquenta anos mais tarde. Não tanto por causa das características dos seus moradores (mesmo se a renovação urbana dos anos 80 e o começo de enobrecimento urbano<sup>48</sup> dos anos 2000 fizeram variar levemente a sua composição social (BACQUÉ; FIJALKOW, 2006), mas por causa de uma menor homogeneidade dos discursos públicos que, diferentemente dos anos 50, não fazem do bairro uma “terra incógnita, um território perigoso” uniforme (TOUBON; MESSAMAH, 1990, p.704). As ressonâncias com o modo pelo qual parte dos bairros periféricos são hoje construídos, em **zonas perigosas** pelas políticas públicas, são múltiplas. Nos confins dos discursos dominantes e de sua tradução nas intervenções policiais, constroem-se relações ao espaço e à política propícias à “gênese social da revolta urbana” (BÉAUD; PIALOUX, 2002). Devido, particularmente, ao lugar ocupado pelas **violências urbanas** nas reformas da política da cidade, os sociólogos associaram em geral estes episódios às grandes fases da história urbana recente (TISSOT, 2007). Os historiadores da cidade confirmaram, por outro lado, essa periodização, trabalhando sobretudo para atenuar a “lenda negra” das periferias que não levaria em conta as políticas públicas adotadas desde o fim dos anos 50 (FOURCAUT; VADELORGE, 2008). Quaisquer que sejam as diferenças de apreciação, os analistas das “revoltas urbanas” recentes as inserem em uma cronologia que eles iniciam no começo dos anos 80, quando não no fim dos anos 70 (WADDINGTON; JOBARD; KING, 2009).

Se “as violências urbanas têm uma história” (FOURCAUT; VADELORGE, 2008, p.117) parcialmente ligada à história da construção dos grandes conjuntos habitacionais, para escrevê-la plenamente parece ser necessário voltar à uma época mais antiga: Michelle Zancarini-Fournel já havia mostrado que, na aglomeração de Lyon, desde o começo dos anos 1970, “escaramuças” com a polícia, “rondas” e outros “incidentes” ritmavam o cotidiano de alguns dos grandes conjuntos

---

<sup>48</sup> Em francês, utiliza-se o termo “gentrificação” que remete ao inglês, *gentrification*. NT.

residenciais recentemente construídos (ZANCARINI-FOURNEL, 2004). Em setembro de 1971, ocorreu em Vaulx-en-Velin seu primeiro episódio de revolta, com a pilhagem de uma loja e uma briga coletiva com as forças da ordem. Michelle Zancarini-Fournel acentuou a análise da constituição deste repertório de ação e o fato que “[...] estas rebeliões urbanas são fortemente marcadas pelos traços profundos da guerra da Argélia.” (ZANCARINI-FOURNEL, 2004, p.120). Ela insiste nas dificuldades de coabitação entre as populações, dentre as quais algumas eram consideradas como ilegítimas precisamente por causa da independência concedida às antigas colônias. Uma parte dos jovens argelinos, acusados em petições de moradores de não serem do lugar, atualizavam, com suas condutas provocantes, uma forte visibilidade no espaço público da oposição às intervenções das forças policiais e seus direitos a morar nestes novos bairros.

Como essa pesquisa sobre a *Goutte d’Or* demonstrou, os **grandes conjuntos** não podem, no entanto, ser vistos como a configuração que gerou as rebeliões urbanas dos (ex)-colonizados e de seus descendentes. Todo trabalho de recenseamento destes episódios (GLAES, 2008) é delicado porque, até os anos 80, não houve, salvo exceção, “construção midiática do evento” (ZANCARINI-FOURNEL, 2004, p.106). Ainda assim, em transparência, desenham-se as genealogias sutis dessas revoltas urbanas: entre a história da imigração e a história do movimento operário, entre a situação colonial e a guerra de independência argelina, entre políticas públicas de moradia e enquadramento policial, a contextualização da gênese do repertório de ação revoltosa deve ser múltipla e inscrever-se numa configuração ampla, que deixe um espaço para a análise do ponto de vista do império colonial.

Portanto, Paris, metrópole colonial (BOITTIN, 2010), nunca foi uma cidade dual no sentido dado a este termo por Henri Lefebvre (1968). A realidade das separações era muito mais complexa do que nas cidades da África do Norte cujos habitantes viviam as limitações e implicações da divisão entre **cidade autóctone** e **cidade europeia**. Porém, é de fato verdade que, no nível micro geográfico da rua, do quarteirão, ou até mesmo do bairro, a noção de enclave **norte-africano** era frequentemente invocada, constituía uma categoria policial e contribuía a enquadrar a ação das forças policiais. Nestes locais reinava uma forma de **soberania policial** (JOBARD, 2006), que deixava aos agentes a possibilidade de utilizar um grau de violência que não se compara com o que era autorizado com outras populações. Essas fronteiras eram ligadas às categorias sociais e raciais mais do que às delimitações urbanas. O exemplo da *Goutte d’Or* demonstra assim que é também no coração da capital que se construíram as relações entre polícia e sociedade particularmente conflituosas que são um dos fatores das “revoltas urbanas” francesas (LOCH, 2008; LUKAS, 2009; MOUHANNA, 2011).

**GOUTTE D'OR NEIGHBORHOOD, 30<sup>TH</sup> JULY 1955:  
A RIOT IN THE COLONIAL METROPOLIS DOWNTOWN**

**ABSTRACT:** *In general the **urban riot** is analyzed in association with the history of **peripheral neighborhoods** and popular housing complexes. By inserting it in a history of migratory centrality in Paris, it allows revealing other continuities and genesis. Then the study of the riot that happened on 30<sup>th</sup> July 1955, in the Goutte d'Or (Paris XVIII<sup>o</sup>), a neighborhood known by a broad visibility of the French Muslims from Algeria, permits us to break up the bias of historicism in space of the urban riots. When crosschecking several traditions of mobilization (working movement, popular resistances to disciplinary instances, anti-colonialist fights), it has been updated a way of action during the riots, whose element may be observed majorly in events happened from 1970 onwards. This analysis highlights that, further than geographic divisions, the public speeches and the police dispositives build the spaces where the riots appear as answer to the political and social domination.*

**KEYWORDS:** *Rio. Algerian war. Police. Repertory of action. Colonial situation.*

## Referências

AUDOIN, S. Le parti communiste français et la violence: 1929-1931. **Revue Historique**, Paris, n.546, p.365-383, 1983.

BACHMANN, C.; LE GUENNEC, N. **Autopsie d'une émeute**: histoire exemplaire du soulèvement d'un quartier. Paris: Albin Michel, 1997.

BACQUE, M.-H.; FIJALKOW, Y. En attendant la gentrification: discours et politiques à la Goutte d'Or (1982-2000). **Sociétés Contemporaines**, Paris, n.63, p.63-83, 2006.

BALANDIER, G. La situation coloniale: approche théorique. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v.XI, p.44-79, 1951.

BEAUD, S.; PIALOUX, M. Sur la genèse sociale des "émeutes urbaines". **Sociétés Contemporaines**, Paris, n.45, p.215-24, 2002.

BERTHAUT, J. La mise en image du "problème des banlieues" au prisme de la division du travail journalistique. **Revue Agone**, Marselha, n.40, p.109-130, 2008.

BLANC-CHALEARD, M.-C. L'habitat immigré à Paris aux XIX<sup>e</sup> et XX<sup>e</sup> siècles: mondes à part? **Le Mouvement Social**, Paris, n.182, p.35, 1998.

BLANCHARD, E. **La police parisienne et les Algériens, 1944-1962**. Paris: Nouveau Monde, 2011.

\_\_\_\_\_. Ce que rafler veut dire. **Plein Droit**, Paris, n.81, p.3-7, 2009.

\_\_\_\_\_. Le mauvais genre des algériens: des hommes sans femme face au virilisme policier dans le Paris d'après-guerre. **Clio: histoire, femmes et sociétés**, Toulouse, n.22, p.209-224, 2008.

\_\_\_\_\_. L'encadrement des algériens de Paris (1944-1954), entre contraintes juridiques et arbitraire policier. **Crime, Histoire & Sociétés**, Genève, v.11, n.1, p.5-25, 2007.

BLAUNER, R. Internal colonialism and ghetto revolt. **Social Problems**, Berkeley, v.16, n.4, p.393-408, 1969.

BOGART, L. Les algériens en France: adaptation réussie et non réussie. In: INED. **Français et immigrés: nouveaux documents sur l'adaptation**. Paris: PUF-INED, 1954. p.17-93.

BOITTIN, J. **Colonial metropolis** : the urban grounds of anti-imperialism and feminism in interwar Paris. Lincoln: University of Nebraska Press, 2010.

BONELLI, L. **La France a peur**: une histoire sociale de l'insécurité. Paris: La Découverte, 2008.

BOURDIEU, P. Une classe objet. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v.17, n.1, p.2-5, 1977.

CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**: une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

CERTEAU, M. de. **L'invention du quotidien**: 1- Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.

CHEVALIER, L. **Les ruines de Subure**: montmartre de 1939 aux années 1980. Prague: Maison Edition, 1985.

\_\_\_\_\_. **Classes laborieuses, classes dangereuses**. Prague: Maison Edition, 1958.

COHEN, D. Les espaces de la révolte: de la discipline à la sécurité (et retour?): émeutes urbaines 1772/2005. **Labyrinthe**, Paris, n.29, p.79-88, 2008.

DELUERMOZ, Q. Présences d'État: police et société à Paris (1854-1880). **Annales: Histoire, Sciences Sociales**, Paris, v.64, n.2, p.435-460, 2009.

DELUERMOZ, Q. (Ed.). **Chroniques du Paris apache**. Paris: Ed. du Mercure de France, 2008.

DOBRY, M. **Sociologie des crises politiques**: la dynamique des mobilisations multisectorielles. Paris: Presses de la FNSP, 1986.

DUBET, F. **La galère**: jeunes en survie. Paris: Fayard, 1987.

DUBOIS, A.-L.; SERGENT, P. **Le malentendu algérien**: 12 ans après. Paris: Fayard, 1974.

FRANCE-SOIR. Paris, 31 jul. 1955.

FOURCAUT, A.; VADELORGE, L. Les historiens et les violences urbaines de novembre 2005. **Histoire urbaine**, Paris, n.21, p.111-125, avril 2008.

GARFINKEL, H. Conditions of successful degradation ceremonies. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.61, n.5, p.420-424, 1956.

GLAES, G. Africans against Algerians... the exploited against the exploited: media representations of the 1963 Saint-Denis riot. **Proceedings of the Western Society for French History**, Ann Arbor, v.36, n.2, p.108-126, 2008.

GOLDRING, M. **La Goutte-d'Or quartier de France**: la mixité au quotidien. Paris: Autrement, 2006.

HIBOU, B. **Anatomie politique de la domination**. Paris: La Découverte, 2011.

HOUSE, J. L'impossible contrôle d'une ville coloniale? Casablanca, décembre 1952. **Genèses**, Paris, n.91, p.78-103, 2012.

JANOWITZ, M. Collective racial violence: a contemporary history. In: GRAHAM, H. D.; GURR, T. (Ed.). **Violence in America**. London: Sage, 1979. p.261-285.

JOBARD, F. Le gibier de police: immuable ou changeant ? **Archives de Politique Criminelle**, Paris, v.32, p.95-105, 2010.

\_\_\_\_\_. Le nouveau mandat policier: faire la police dans les zones dites de non-droit. **Criminologie**, Montréal, v.38, n.2, p.103-121, 2006.

\_\_\_\_\_. Quand les policiers vont au tribunal. **Questions Pénales**, Versailles, v.18, n.2, p.1-4, 2005.

JOBARD, F.; LEVY, R. **Police et minorités visibles**: les contrôles d'identité à Paris. Nova Iorque: Open Society Institute, 2009. Relatório.

JOURNAL FRANC-TIREUR. Paris, 1 ago. 1955.

JOURNAL L'OBSERVATEUR. Paris, 8 set. 1955.

KOKOREFF, M. Ghettos et marginalité urbaine. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v.50, n.3, p.553-572, 2009.

\_\_\_\_\_. La dimension politique des émeutes de 2005 en question. **Revue Suisse de Sociologie**, Zurich, v.34, n.2, p.415-430, 2008.

LAPEYRONNIE, D. **Ghetto urbain**: segregation, violence, pauvreté en France aujourd'hui. Paris: Robert Laffont, 2008.

L'AURORE. Paris, 1 ago. 1955.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

LE FIGARO. Paris: Socpresse, 1 ago. 1955a.

\_\_\_\_\_. Paris: Socpresse, 2 ago. 1955b.

\_\_\_\_\_. Paris: Socpresse, 4 ago. 1955c.

L'HUMANITÉ. Saint-Denis Cedex, 8 ago. 1955.

LE JOURNAL DU DIMANCHE. Paris: Lagardère Group, 31 jul. 1955.

LE MONDE. Paris: Groupe Le Monde, 10 ago. 1955

LE PARISIEN LIBÉRÉ. Paris, 1.ago. 1955.

LEVY, R. Du suspect au coupable: le travail de police judiciaire. Genève: Méridiens/Klincksieck, 1987.

LIGNEREUX, A. **La France rébellionnaire**: les résistances à la gendarmerie (1800-1859). Rennes: PUR, 2008.

LOCH, D. Pourquoi n'y a-t-il pas d'émeutes urbaines en Allemagne? les jeunes issus de l'immigration en France et en Allemagne entre (absence de) protestations et politique de la ville. **Revue Suisse de Sociologie**, Zurich, v.34, n.2, p.281-306, 2008.

LUKAS, T. Why are there no riots in Germany? mutual perceptions between police forces and minority adolescents. In: WADDINGTON, D.; JOBARD, F.; KING, M. (Ed.). **Rioting in the UK and France**: a comparative analysis. Londres: Willan, 2009. p.216-228.

MARLIÈRE, É. **Jeunes en cité**: diversité des trajectoires ou destin commun? Paris: L'Harmattan, 2005.

MAUGER, G. **L'émeute de novembre 2005** : une révolte protopolitique. Bellecombe-en-Bauges: Croquant, 2006.



MICHEL, A. **Les travailleurs algériens en France**. Paris: CNRS, 1956.

MOHAMMED, M. **La formation des bandes**: entre la famille, l'école et la rue. Paris: PUF, 2011.

\_\_\_\_\_. Les voies de la colère: “violences urbaines” ou révolte d’ordre “politique”? l'exemple des Hautes-Noues à Villiers-sur-marne. **Socio-Logos**, Paris, n.2, 2007. Disponível em: <<http://socio-logos.revues.org/352>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MOUHANNA, C. **La police contre les citoyens?** Nîmes: CHAMPS SOCIAL, 2011.

NICOLAS, J. Leçon d’histoire pour une révolte des banlieues. **L’Histoire**, [s.l.], n.308, p.82-87, 2006.

NOIRIEL, G. **Immigration, antisémitisme et racisme en France (XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle)**: discours publics, humiliations privées. Paris: Fayard, 2007.

PEYROULOU, J.-P. **Guelma, 1945**: une subversion française dans l’Algérie coloniale. Paris: La Découverte, 2009.

PIGENET, M. **Au cœur de l’activisme communiste des années de Guerre froide**: la manifestation Ridgway. Paris: l’Harmattan, 1992.

POIROT-DELPECH, B. Heures chaudes dans la “médina” de Paris: une ville dans la ville. **Le Monde**, Paris, não paginado, 21 et 22 juin 1957.

PROST, A. La rue de la Goutte d’Or et la rue Polonceau entre les deux guerres. **Le Mouvement Social**, Paris, n.182, p.09-27, 1998.

RAJSFUS, M. **1953, un 14 juillet sanglant**. Paris: Agnès Viénot, 2003.

ROBERT, P. **L’insécurité en France**. Paris: La Découverte, 2002.

ROBRIEUX, P. **Histoire intérieure du parti communiste**: 2/ 1945-1972: de la libération à l’avènement de Georges Marchais. Paris: Fayard, 1981.

SEDEL, J. **Les médias et la banlieue**. Lormont: INA/Le bord de l’eau, 2009.

TARAUD, C. **La prostitution coloniale**: Algérie, Tunisie, Maroc (1830-1962). Paris: Payot, 2003.

THENAULT, S. **Histoire de la guerre d’indépendance algérienne**. Paris: Flammarion, 2005.

TILLY, C. **The politics of collective violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TISSOT, S. **L'État et les quartiers**: genese d'une catégorie de l'action publique. Paris: Seuil, 2007.

TOUBON, J.-C.; MESSAMAH, K. **Centralité immigrée**: le quartier de la Goutte d'or. Paris: L'Harmattan, 1990.

WACQUANT, L. **Parias urbains**: ghetto, banlieues, État. Paris: La Découverte, 2006.

WADDINGTON, D.; JOBARD, F.; KING, M. (Ed.). **Rioting in the UK and France**: a comparative analysis. Londres: Willan, 2009.

WIRTH, L. **Le ghetto**. Grenoble: PUG, 1980.

ZANCARINI-FOURNEL, M. Généalogie des rébellions urbaines en temps de crise (1971-1981). **Vingtième Siècle**: Revue d'Histoire, Paris, n.84, p.119-127, 2004.

Recebido em 30/09/2012

Aprovado em 12/03/2013